

Susto e confusão. E sai a Constituinte

Depois de 28 horas de confusão, sustos, brigas e uma rocambolesca perseguição a senadores ausentes, para que viessem ao plenário, o Congresso Nacional aprovou ontem à tarde, finalmente, a emenda que convoca a Constituinte. Na Câmara, a proposta passou por 324 votos contra 59. No Senado, teve 55 votos a favor e nenhum contra. A folza

nos números nem de longe da idéia do que aconteceu no Parlamento. Até o presidente Sarney foi acordado durante a madrugada, depois que o presidente do Congresso, José Fragelli, anulou a votação no Senado, ao ser descoberto que o senador Saldanha Derzi, cujo voto havia sido computado, na verdade estava no Rio. Eram quase 4 horas da ma-

drugada e, quando o impasse parecia ter sido superado, recomendou tudo novamente. Fragelli disse que anulou a votação "para preservar a dignidade do Congresso Nacional". O gesto foi aplaudido, mas ao contrário do que acredita o presidente, vai ser difícil explicar que restou dignidade, depois desta quase interminável sessão. Na véspera, os

senadores gastaram quase todo o tempo tentando obstruir a votação. As bancadas do PDS e do PFL não concordavam com a retirada da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", contida no artigo 1º do substitutivo Giavarina, achando que isso prejudicaria seus interesses pessoais. A eliminação desse item seria votada como

destaque, exigindo a presença de dois terços dos parlamentares. Foi aprovada na Câmara e chegou ao Senado. Para não dar o número mínimo necessário ao início da votação, senadores pedessistas e liberais retiraram-se do plenário. A polêmica recomeçou na noite de quinta-feira, até que, finalmente na madrugada de ontem, foi atingido o quórum:

pela contagem de votos, estavam presentes 46 senadores e o destaque fora aprovado. Em meio à euforia, alguém deu por falta de Sandanha Derzi (PMDB-MS). A votação foi anulada e marcada outra para a tarde. Ai começou a caça aos senadores: aquela altura, muitos já haviam viajado e voltaram às pressas para Brasília.

Embora ausente, Derzi "votou"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O cansaço, após 15 horas de trabalho nas sucessivas sessões do Congresso Nacional, não impediu que o seu presidente, senador José Fragelli (PMDB-MS), adotasse na madrugada de ontem a decisão que mais convinha ao Legislativo brasileiro: anulou a votação dos senadores no segundo turno da proposta de emenda que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. O motivo foi um voto computado na chamada nominal e atribuído ao senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), que não estava presente em plenário.

Ninguém esperava que esse viesse a ser o desfecho de uma longa e estafante jornada, concluída às 3h15, quando Fragelli, ao anular a votação, convocou uma outra sessão para as 14 horas, destinada a uma nova votação. Apesar dos seguidos lances de emoção e de sustos ocorridos no curso das sessões, a emenda da Constituinte estava aprovada em segundo e definitivo turno às 2 horas da madrugada, para alívio do governo, dos seus líderes e dos próprios parlamentares, a esta altura sonolentos. O grande choque veio depois, já nos preparativos para a votação da outra emenda, a da reforma tributária: dos 46 votos, um deveria ser anulado porque Saldanha Derzi, ao qual fora atribuído, não estava em plenário.

ANULAÇÃO

Para uma noite de muitas emoções e entrechoques, a denúncia de que Derzi estava ausente foi um impacto forte demais e, com razão, consumiu uma hora e 15 minutos com protestos e questões de ordem. O problema foi levantado pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP), depois que Fragelli já havia proclamado oficialmente o resultado da votação. Regimentalmente, era tarde demais e Fragelli poderia simplesmente optar pelo indeferimento da questão. Ele, no entanto, preferiu optar pelo exame do problema, pedindo a sua assessoria que localizasse de qualquer forma o senador de Mato Grosso do Sul.

Em meio ao tumulto, o presidente do Congresso tranquilizou os presentes, assegurando-lhes que haveria de apurar a denúncia. "Vou consultar o senador Saldanha Derzi e tenho certeza de que, se ele não esteve presente, ele próprio me dirá."

Enquanto a assessoria da Mesa procurava localizar o senador, os poucos presentes à sessão ocupavam-se com a formalização de questões de ordem, umas para referendar a decisão de Fragelli, alegando que a denúncia fora feita tardiamente, outras insistindo na anulação do resultado.

Pouco antes das 3h15, Fragelli passou a direção dos trabalhos ao primeiro-secretário, senador Enéas Faria (PMDB-PR), para falar com Derzi pelo telefone. Em seguida, seguro, tranqüilo, mas cansado, comunicou ao plenário: "Acabei de conversar pelo telefone com o senador

Saldanha Derzi. Por motivo de saúde, ele teve que viajar para o Rio de Janeiro. Por isso, não votou. Assim, anulo a votação no Senado e convoco sessão do Congresso para logo mais, às 14 horas, a fim de realizar uma nova votação".

A sessão encerrou-se sob os aplausos dos que ainda se encontravam em plenário. Fragelli desceu a escada e foi para casa. O Congresso saiu ganhando.

EMPATE

O Congresso começou seus trabalhos plenários de anteontem às 11 horas, mas foi à tarde e à noite (entrando pela madrugada) que os debates ganharam calor. Primeiro, foi a forte reação dos senadores que não aceitavam uma Constituinte exclusiva em detrimento da Constituinte congressual, isto é, a que funcionaria simultaneamente com a realização de trabalhos legislativos ordinários da Câmara e do Senado.

O impasse foi criado pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à supressão da expres-



Derzi, o ausente

são "sem prejuízo de suas funções constitucionais", um dos destaques formalizados para votação em separado. Na prática, isso significava a convocação de uma Constituinte exclusiva. Os senadores do PDS ficaram contra, obtiveram logo a adesão da bancada do PFL e se retiraram de plenário, negando quórum para a aprovação do parecer.

Foi o primeiro grande susto e também a primeira emoção mais forte. "Uma rebelião dos senadores", era a frase mais ouvida entre os parlamentares. Tudo parecia perdido e o destino da emenda seria o arquivo. Fragelli convocou nova sessão para as 20 horas, aberta com 40 minutos de atraso, para que se buscasse um acordo entre as bancadas. A nova votação, entre os senadores, encerra-se às 21h35, foi provavelmente a que causou mais perplexidade. Os senadores foram chamados do Sul para o Norte e a contagem seguiu quase to-

do o tempo empatada. No final, 28 votos a favor, 28 contra. O empate persistiu e Fragelli, então, como presidente, emitiu o voto de desempate, totalizando 29 votos "sim". A euforia voltou a dominar o plenário e o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, sentado na primeira fila das bancadas, respirou aliviado.

O passo seguinte foi a votação dos pedidos de destaque, sem surpresas. Foi possível, após, submeter à deliberação o substitutivo Valmor Giavarina, em segundo e definitivo turno. Entre os deputados, a emenda alcançou 324 votos, quatro além do quórum mínimo, com 59 votos contrários e duas abstenções.

A votação entre os senadores repetiu os mesmos lances de emoção registrados quando do exame do parecer da Comissão de Justiça. Muitos senadores, vencidos pelo cansaço, já haviam deixado o plenário e os líderes passaram a temer o malogro da emenda, por falta de quórum. O 46º voto, no entanto, que assegurou a aprovação, foi o do senador Mário Maia, do PMDB do Acre e o último a votar. Delírio: papéis, jornais e até livros jogados para o alto pelos próprios parlamentares. Ninguém imaginava que, quase em seguida, surgiria a denúncia de um voto de senador ausente. Até lá, houve tempo para a votação da emenda que institui uma reforma tributária de emergência, também em segundo turno. Na Câmara, a matéria foi aprovada por 381 votos a favor e dois contra. No Senado, só foram registrados 43 votos, apenas três a menos do quórum mínimo. A votação foi adiada para a tarde de ontem.

O simples confronto das três listas das votações de que participou o Senado, na noite de quinta-feira e na madrugada de ontem, é o suficiente para evidenciar a ausência do senador Saldanha Derzi em plenário. O seu voto, que deu margem à anulação da votação da emenda da Constituinte em segundo turno, é o único naquela jornada, não figurando seu nome na votação anterior nem na seguinte.

Todos os indícios parecem indicar também que não houve apropriadamente fraude, isto é, ninguém votou em nome de Saldanha, que figura como participante da votação por mero equívoco, atribuído ao clima confuso reinante em plenário. Nem seria necessário qualquer expediente para assegurar a aprovação da matéria, já que, mesmo sem a presença de Saldanha haveria quórum suficiente, bastando no caso que também o presidente Fragelli votasse, seguramente a favor da proposta de emenda da Constituinte. Ele não votou porque, com o engano, o número de votos somou 46, representando exatamente os dois terços do Senado.

As votações no plenário da Câmara são em geral complicadas, pelo precário funcionamento do sistema eletrônico computadorizado ali instalado há dez anos e só recentemente ativado, depois de numerosas tentativas frustradas.

M.V.M.



Os pedessistas Amaral Peixoto, Prisco Viana, Luiz Vianna e Murilo Badaró, pela aprovação do substitutivo



No fim, a alegria de Pimenta e Ulysses

Ulysses quer dedicação exclusiva para Mesa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, lançou ontem uma nova idéia: o presidente da Comissão Representativa — que teria atribuições de Poder Legislativo ordinário durante o funcionamento da Assembleia Constituinte — seria o vice-presidente constitucional da República. Por essa proposta, o presidente da Assembleia Constituinte teria dedicação exclusiva, não se afastando de suas funções para substituir eventualmente o presidente Sarney.

Indagado se pretendia presidir a Assembleia Constituinte ou a Comissão Representativa, Ulysses, com um toque de ironia, respondeu: "O meu nome é lembrado, freqüentemente, para presidente da República, para governador de São Paulo e, agora, para presidente da Constituinte. Apesar de não estar disputando nada, isso me preocupa. Quando a gente é lembrado para tanto lugar assim acaba não tendo nenhum".

Visivelmente cansado depois de não dormir de anteontem para ontem, participando da mobilização de senadores para a nova votação da emenda da Constituinte, Ulysses estava também aliviado: "O Congresso devia a Constituinte à sociedade. O País exigia isso há tempos e, por isso mesmo, desde outubro nosso trabalho vinha sendo feito no sentido de todos votarem a emenda Sarney".

A todos os senadores a quem pediu para votar, ele dizia que o assunto "interessava ao País, à democracia, envolvendo o prestígio da instituição parlamentar, transcendendo muito a qualquer partido político". Ulysses fez questão de destacar a co-

laboração do PDS, citando os líderes Prisco Viana e Murilo Badaró e o presidente do partido, Amaral Peixoto. "O PDS teve um comportamento elogiável, de alto espírito cívico. O partido tomou uma atitude em benefício do País".

Na madrugada, 23 senadores deixaram de votar, dificultando o quórum de dois terços. À tarde, porém, votaram 55 senadores. Do boicote da madrugada ao apoio vespertino, muitos apelos foram feitos. "Disse a cada um dos senadores que a aprovação da convocação da Assembleia Constituinte era o melhor caminho, a favor do País. As divergências existentes devem ser examinadas e resolvidas ao longo do caminho. Os pontos polêmicos, as inquietudes, principalmente em relação ao Senado, serão todos examinados com seriedade e profundidade. As conversas vão continuar. Essas coisas não se fixam pelo horário, pelo tempo" — comentou.

Os pontos são vários. Como será exercido o Poder Legislativo ordinário? A Constituinte será exclusiva? Câmara e Senado terão as atribuições previstas na Constituição? O presidente do PMDB reconheceu que as dúvidas existem e "terão de ser resolvidas por todos. Pelas lideranças, pelos parlamentares, pelos partidos e com o apoio de turistas".

Pelos comentários, haveria duas opções: funcionamento de quatro corpos legislativos, simultaneamente, em horários distintos — Câmara, Senado, Congresso e Constituinte —; ou funcionamento exclusivo da Constituinte, com a criação de uma comissão especial representativa — de deputados e senadores —, para atuar como Poder Legislativo ordinário.

Chiarelli diz que valeu o esforço

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Valeu o esforço", desabafou ontem o líder do PFL do Senado, Carlos Chiarelli, logo após a promulgação da votação da Constituinte em segundo turno. Ele passou a madrugada telefonando para senadores do seu partido e em contato permanente com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. As 6 horas da manhã, foi até à Base Aérea de Brasília para fazer um balanço da situação para o presidente Sarney. "As dificuldades — salientou — acabaram valorizando ainda mais esse evento tão importante para a vida democrática do País."

Chiarelli explicou que o presidente Sarney chegou até a colaborar na busca de votos, sugerindo que telefonasse para o senador Lourival Batista, lembrando que ele costuma dormir cedo e deveria estar acordado naquela hora. Segundo o parlamentar, Sarney não fez nenhuma gestão pessoal, para não ferir a liberdade dos congressistas, embora o tivesse autorizado a falar em seu nome. Na verdade, o presidente fez pelo menos três gestões pessoais para ajudar a conseguir quórum. Ele pediu aos senadores Albano Franco (PFL-SE), Cid Sampaio (PFL-PE) e Nivaldo Machado (PFL-PE), que viajariam com ele para o Nordeste, que ficassem em Brasília para votar a Constituinte.

Já o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, afirmou que a aprovação da Constituinte significa que "a classe política compreendeu o momento que a Nação vive e o compromisso da Aliança Democrática, que teve como primeiro signatário o presidente Tancredo Neves, foi realizado".

A próxima tarefa, segundo Bornhausen, será discutir com a sociedade as questões que deverão prevalecer na próxima Carta Constitucional e eleger os constituintes. O PFL, segundo ele, vai realizar simpósios e debates em todo o país e elaborar um documento a ser aprovado na primeira convenção nacional do partido, marcada para o dia 6 de abril do próximo ano.

Pedessistas mobilizados para votação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Enquanto o PDT e PT combatiam a "Constituinte do Sarney", a maior parte dos parlamentares do PDS resolveu apoiar o presidente. O líder Prisco Viana pediu o voto a praticamente toda a bancada e somente oito não lhe atenderam. O deputado (e ex-ministro) Pratinde de Moraes (PDS-RS) não pretendia votar de madrugada. Mas notou que a emenda corria risco de não ser aprovada pela Câmara e mudou de idéia, levando para votar os seus companheiros Nelson Marchezan, Victor Faccioni e Baltazar de Bem e Canto, que completaram o quórum de dois terços com quatro votos de folga — 324. "Seguimos o exemplo do PCB, um partido que assume...". — disse Pratinde, ironicamente, aos deputados comunistas Roberto Freire e Alberto Goldman.

Os deputados que seguem a liderança do ministro Antônio Carlos Magalhães, do PDS da Bahia, votaram contra a emenda Sarney. Segundo se revelou, eles não concordaram com o prazo de nove meses de desincompatibilização para ministros sem mandato, se candidatas às eleições de 15 de novembro de 1986. Foram eles Angelo Magalhães (irmão do ministro), Antônio Osório, Djalma Bessa, Eraldo Tinoco, Etelvir Dantas, Felix Mendonça, Fernando Magalhães, Hélio Correia, Horácio de Matos e Manuel Noroia. "A partir de março, após integralmente o governo Sarney. Mas agora estou contra a Constituinte...", comentou Fernando Magalhães.



Fragelli acalma o plenário e decide anular a votação da madrugada por causa de Derzi

Senadores são retirados até de avião

Por volta das 4 horas da madrugada de ontem, o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, deu a desagradável notícia ao presidente Sarney, pelo telefone: a convocação da Constituinte ainda não havia sido aprovada, pela anulação da votação no Senado. O presidente, acordado por Ulysses, não perdeu tempo lamentando o ocorrido, e tratou de agir, para segurar os senadores que estavam em Brasília, chamar os que estavam fora do Distrito Federal e evitar que outros saíssem. Ontem, 55 senadores votaram "sim", aprovando a convocação da Constituinte em segundo e último turno.

Ulysses Guimarães, com os líderes da Aliança Democrática — Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga, Carlos Chiarelli e José Lourenço — não puderam mais dormir, depois de anulada a votação do Senado. O telefone funcionou até o raiar do dia, prosseguindo até pouco antes do início da nova sessão do Congresso, às 15 horas de ontem. O esforço compensou o triste episódio da madrugada, quando alguém teria votado pelo senador (dionício) Saldanha Derzi (PMDB-MS) — o 46º voto — que às 20 horas viajara para o Rio.

Para Ulysses Guimarães, aliviado com o comparecimento dos senadores e a aprovação da emenda da Constituinte, "foi um resultado favorável ao País, à democracia, que se vai firmando cada vez mais, principalmente agora, depois desse passo decisivo".

Esse passo decisivo quase não aconteceu. Na madrugada de ontem, mais de 20 senadores deixaram de votar a emenda da Constituinte, aprovada indevidamente pelo quórum mínimo de dois terços — 46 senadores. A ausência de Derzi havia sido notada por vários parlamentares e, segundo o líder do PDT, deputado Nadir Rossetti, a informação lhe foi dada "por um funcionário da Vasp".

Rossetti alertou o presidente do Congresso, senador José Fragelli, pedindo que estornasse o voto do senador mato-grossense e registrasse o seu próprio. Fragelli não havia votado e acabou não votando. O líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, pediu que Fragelli não seguisse a sugestão de Rossetti. O líder do PDT insistiu, dizendo a Pimenta que tinha prova da viagem de Saldanha Derzi às 20 horas e, portanto, de sua ausência do plenário.

Pressionado por todos os lados, José Fragelli, depois de conversar, pelo telefone, com Saldanha Derzi, que estava mesmo no Rio, resolveu anular a votação do Senado. O PDT e o PT cochilaram, não pedindo a anulação apenas do voto de Derzi, irregularmente registrado. Se tivessem feito isso não haveria o quórum de dois terços (46) para aprovar a emenda. Anulada toda a votação do Senado, foi possível repeti-la às 15 horas, com pleno êxito, depois de uma intensa mobilização de senadores.

O deputado Ulysses Guimarães, depois de acordar Sarney, acordou também o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena — que havia se retirado bem antes dos incidentes. Lucena, meio sonolento, ficou surpreso com o pedido de Ulysses de convocar os seus liderados para a nova votação.

"Votar o quê, Ulysses, se já votamos tudo agora mesmo?" — perguntou o líder do PMDB no Senado. Lucena não sabia da anulação da votação nem do "voto fantasma" de Saldanha Derzi.

Alguns senadores viajariam ontem com Sarney para Recife, mas, a

pedido do próprio presidente, ficaram em Brasília para votar. O senador Albano Franco (SE) chegou a ir ao aeroporto e Sarney fez-lhe o pedido. O senador sergipano, além de atender, ainda conseguiu localizar no Rio o senador Carlos Lira (AL), que mal havia se instalado num hotel, regressando logo a Brasília.

Foi dito que os senadores Lourival Baptista (PFL-SE), Luiz Vianna Filho (PDS-BA), Albano Franco (PFL-SE) e Cid Sampaio (PMDB-PE) tiveram de sair do avião presidencial para a nova votação. Lourival Baptista disse que isso não aconteceu nem com ele, nem com Luiz Viana: "Fui avisado ainda em casa do acontecido". Cid Sampaio também afirmou que não chegou a ir ao aeroporto. Quando ele dizia isso, aproximou-se o senador mineiro Alfredo Campos (PMDB) e comentou: "Estragamos a sua viagem, hein, dr. Cid? Tiraram o senhor do avião...". O senador pernambucano sorriu e respondeu, procurando "corrigir" Alfredo Campos: "Quando se trata de minha obrigação, ninguém precisa me alertar para nada".

O presidente Sarney pediu também ao líder do PDS, senador Murilo Badaró, para voltar a Brasília — ele